

Ata Circunstanciada da 8ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.**

INÍCIO ÀS 15H05MIN

TÉRMINO ÀS 17H11MIN

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Vou passar a presidência para o deputado Roosevelt, mas antes quero fazer uma respeitosa manifestação em relação às declarações feitas ontem sobre o reajuste das forças de segurança. Acho que devo essa satisfação aos meus colegas e amigos.

Gostaria de falar pela liderança do MDB, se assim os deputados permitirem.

(Assume a presidência o deputado Roosevelt.)

PRESIDENTE DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Assumo a presidência.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como líder.) – Gente, quero mencionar as declarações feitas por amigos e companheiros que fizeram história e ajudaram a Polícia Civil.

Ontem, deputado Chico Vigilante, durante o encaminhamento da mensagem das forças de segurança, alguns depoimentos foram feitos e quero esclarecer algumas situações. Estamos em um ambiente respeitoso, todos remando do mesmo lado, e a Câmara Legislativa vive um momento diferente, do ponto de vista da união.

Precisamos colocar as coisas no devido lugar sobre quando se falou, ontem, a respeito do Fundo Constitucional e da necessidade de primeiro se negociar com o presidente Lula. Primeiramente, é preciso lembrar que somos extremamente gratos ao presidente Lula, pois, desde 2003, quando foi instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal, o presidente Lula honrou as propostas enviadas durante os 8 anos.

O Distrito Federal, gestor do fundo, mandava a proposta para o governo federal, que depois se manifestava. O gestor pleno do Fundo Constitucional é o Governo do Distrito Federal, e isso não por vontade do GDF ou do governo federal, mas por dispositivo constitucional, transformado na Lei nº 10.633/2002. Então, precisamos deixar bem claro que as negociações se iniciam no Distrito Federal, e assim foi feito.

Quero registrar e parabenizar os trabalhos do deputado Roosevelt, do deputado Hermeto e da deputada Doutora Jane, pois nos unimos para fazer o que você fez lá atrás, deputado Chico Vigilante, ao brigar para que os direitos dos policiais fossem mantidos. E volto a dizer: o presidente Lula honrou a proposta todas as vezes. Quem infelizmente não honrou – eu tenho que ser honesto – foi a ex-presidente Dilma. Quando a proposta foi enviada, ela se negou a dar encaminhamento, inclusive quebrando o pacto federativo. Depois tivemos um governador com práticas suspeitas, que não gostava de polícia – vocês sabem disso –, que nem mandou a proposta. No governo Ibaneis, mandou-se e o ex-presidente Bolsonaro simplesmente a ignorou.

Em 2023, quando o presidente Lula retoma o mandato, e o governador do Distrito Federal

manda uma proposta de reajuste, o presidente Lula a honra. Ele fez de novo a sua parte.

É preciso esclarecer que, quando foi criado o Fundo Constitucional, também se criou o rito, o rito de entrega daquilo que é nosso por direito – e é para cobrir pessoal. É importante também dizer, como o deputado Chico Vigilante colocou ontem com muita propriedade, que o fundo foi criado para, de forma prioritária, atender às forças de segurança e, de forma subsidiária, à saúde e à educação. Quando se começou esse processo, deputado Pastor Daniel de Castro, eram 50% para segurança e 50% para saúde e educação. Hoje, são 43% para segurança e 46% para saúde e educação.

E não estamos contestando isso, não, porque saúde e educação, deputado Gabriel Magno, são extremamente importantes, e precisamos investir mesmo nessas áreas, mas nós não podemos esquecer que a segurança pública deve receber uma fatia desse bolo e simplesmente renegar esse direito.

Faço inclusive um pedido de apoio a todos os deputados. Lembro-lhes que essa discussão se iniciou, deputado Chico Vigilante, no dia 14 de fevereiro, por uma ação do governo federal – vejam a sensibilidade do governo –, que já publicou a Portaria nº 1.010, que cria as mesas de negociações para tratar da reestruturação da PM e do Corpo de Bombeiros, bem como da Polícia Civil. Também existe um cuidado nosso, vocês me conhecem, eu tenho uma relação boa com todos os partidos. A deputada federal Erika Kokay, por exemplo, já tomou a dianteira, juntamente com o deputado federal Rafael Prudente e outros deputados, e estão fazendo essa interlocução.

A exemplo do que aconteceu quando tentaram tirar o Fundo Constitucional, eu queria chamar meus colegas, amigos e amigas deputadas para se somarem a nós, para continuarmos a garantir a qualidade da segurança pública deste país.

Deputado Roosevelt, não existe instituição neste país mais querida do que o Corpo de Bombeiros, que está, no dia a dia, lutando para garantir a atenção especial àqueles que precisam. Então, nós precisamos prestigiar o Corpo de Bombeiros; não existe instituição mais exposta do que a Polícia Militar do Distrito Federal, que coloca a vida dos seus policiais em risco para evitar que o crime aconteça; e não há instituição com melhores resultados do que a Polícia Civil do DF.

Só para vocês terem ideia, quando a média nacional de elucidação de crime fica na casa dos 10%, nós temos 84% de elucidação de crimes violentos; 100% de elucidação de sequestro. Por isso são instituições que precisam ser valorizadas. Lamentavelmente, há unidades da Federação nas quais a polícia não reivindica melhores salários, porque talvez não precise, mas nós precisamos, porque vivemos do nosso salário.

Mais uma vez esclareço que o rito do Fundo Constitucional está sendo respeitado com relação às reestruturações da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo Bombeiros da forma mais correta.

Hoje, o secretário Gustavo Rocha já me disse que pediu uma audiência com o presidente Lula, para irmos lá, deputado Chico Vigilante, pedir o apoio dele, que, volto a dizer, sempre honrou e prestigiou as forças de segurança. Peço aos nossos colegas deputados que nos ajudem nessa luta, a exemplo do que eu faço com todas as categorias. Eu gostaria de contar com o apoio de vocês para a nossa também, porque ela merece e merece muito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Obrigado, deputado Wellington Luiz, que falou em nome da liderança do MDB.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros, pelo Bloco União Democrático. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Nesta casa, somos 24 deputados, e cada um de nós tem um nicho de atuação. Isso, no entanto, não nos tira a atuação em todas as áreas, posto que somos deputados de todo o Distrito Federal.

Presidente deputado Roosevelt, quero ressaltar nesta casa a presença de vossa excelência, que representa tão bem o Corpo de Bombeiros; a presença do deputado Hermeto, que representa tão bem a Polícia Militar; a presença do presidente deputado Wellington Luiz e da deputada Doutora Jane, que representam a Polícia Civil.

É bom ver esta unidade de vossas excelências, porque o êxito que vão alcançar todas as

polícias – as melhores do Brasil estão no Distrito Federal – é fruto da unidade de vossas excelências. Nós somos testemunhas do quanto o deputado Wellington Luiz e cada um dos senhores trabalham em prol dessas instituições que trazem toda segurança para o Distrito Federal.

Deputado Roosevelt, quero deixar registrado o trabalho de vossa excelência, do deputado Wellington Luiz, da deputada Doutora Jane e do deputado Hermeto. Parabéns!

PRESIDENTE DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, creio que o assunto do dia em todo o território nacional – e por que não dizer no mundo? – é o indiciamento do ex-presidente Capitão Capioto, Jair Bolsonaro. Os jornais do mundo inteiro estão dando essa notícia a todos. A imprensa do mundo está falando disso.

Aqui está a peça acusatória. São 273 páginas. Agora não é o deputado Chico Vigilante que está falando, mas o procurador-geral da República. Ele diz: “A responsabilidade pelos atos lesivos à ordem democrática recai sobre a organização criminosa liderada por Jair Messias Bolsonaro”.

É o procurador-geral da República, homem da mais alta dignidade, que está dizendo que o Capitão Capioto, Jair Bolsonaro, lidera uma organização criminosa. Mais à frente, ele diz: “Jair Messias Bolsonaro, Alexandre Ramagem, Almir Garnier, Gustavo Torres e outros lideraram uma organização criminosa para dar um golpe de Estado no Brasil”.

Seguem as 273 páginas acusatórias que já estão no Supremo Tribunal Federal. Certamente, o Capitão Capioto irá pegar, no mínimo, 43 anos de cadeia, para nunca mais atentar contra a democracia neste país.

Aqui também está o depoimento da delação premiada – que tive o cuidado de ler no seu inteiro teor – do Mauro Cid, o ajudante de ordem.

Dentre outras coisas, lá está descrito o malabarismo que eles fizeram – porque o ajudante de ordem conta tudo – para vender aquelas joias que disseram ser um presente. Existe a coincidência de o presente ter sido dado quando da venda de uma refinaria de petróleo em Salvador, comprada pela Arábia Saudita – e dizem que o presente foi da Arábia Saudita. Está descrito o malabarismo que fizeram para vender as joias nos Estados Unidos por milhares de dólares.

Há também registrado, no depoimento do Mauro Cid, como foi feita a falsificação dos cartões de vacina. Um presidente da República, em pleno exercício do cargo, manda falsificar cartões de vacina. Isso é uma vergonha. Isso é inaceitável!

Eu quero ver se, depois dessa denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, que está aqui encadernada, haverá alguém que vai ter coragem de defender essa corja, que ficou o tempo todo pressionando o comandante do Exército e o comandante da Aeronáutica para aderirem ao golpe.

Felizmente, o general Freire Gomes não aderiu ao golpe e ainda ameaçou de prisão o celerado, dizendo que, se ele insistisse, ele seria obrigado a prendê-lo, porque ele estava desrespeitando a Constituição.

Acho que é importante pontuarmos tudo isso para mostrar que, infelizmente, em um período neste país, a Presidência da República ficou sob os cuidados de um líder de facção criminosa, agora dito pelo procurador-geral da República.

Jair Messias Bolsonaro, Capitão Capioto, é líder de uma organização criminosa. Está aqui dito pelo procurador-geral da República.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Primeiro, quero me ombrear com a palavra do nosso presidente, deputado Wellington Luiz.

Eu me obrigo a fazer uma retrospectiva no que diz respeito não só à trajetória do Fundo

Constitucional, mas também à luta das corporações da área de segurança pública do DF no tocante à valorização e à aplicação correta do Fundo Constitucional.

Estamos nesta luta, o deputado Wellington Luiz até mais do que eu, desde 2006, época em que o governador do Distrito Federal era o Arruda.

Logo depois, quem assumiu foi o ex-governador Agnelo Queiroz. O ex-governador Agnelo Queiroz, infelizmente, não respeitava as forças de segurança, o que é comum na legenda do PT, e, por isso, sofreu uma grande operação nesta cidade: a Operação Tartaruga, que perdurou por quase 2 anos. Houve o maior movimento reivindicatório da história de Brasília, superando, inclusive, o de professores, o da saúde etc. Não falo isso com orgulho, mas fui um dos líderes desse movimento. Na Praça do Buriti, reunimos mais de 10 mil bombeiros e policiais militares, numa marcha, para mostrar ao governo daquela época a importância da valorização das forças de segurança e, conseqüentemente, da aplicação correta do Fundo Constitucional.

O deputado Wellington Luiz lembrou muito bem: naquela ocasião, o então governador Agnelo Queiroz foi à Presidência da República, ao encontro da ex-presidente Dilma Rousseff. Ela, em alto e bom som e de forma muito mal-educada – uma peculiaridade dela –, mandou o ex-governador Agnelo Queiroz porta afora, para resolver essa questão no Distrito Federal. O ex-governador Agnelo fez, então, o auxílio-moradia, reajustou-o por meio de decreto e pacificou as forças de segurança.

Agora, vem o governador Ibaneis e resgata o principal objetivo do Fundo Constitucional, que é, sim, atender as forças de segurança.

É muito importante entendermos como a República funciona. A Constituição Federal diz o rito, as leis ordinárias dizem o rito. O gestor do Fundo Constitucional é o Governo do Distrito Federal na pessoa do governador Ibaneis Rocha. O governador fez as negociações, no que diz respeito à valorização das forças de segurança, com as lideranças locais. Ele tratou isso com o secretário de Economia e com os deputados – o deputado Wellington Luiz, a deputada Doutora Jane, o deputado Hermeto e este que aqui fala.

Isso foi tratado do ponto de vista orçamentário e do ponto de vista político. Uma proposta foi elaborada de forma muito técnica para valorizar tanto a Polícia Civil quanto o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. Ela foi encaminhada ao governo federal, cumprindo-se um rito republicano. O governador, mais uma vez, respeita a liturgia do cargo e solicita uma reunião urgente com o presidente da República. O governador vai pedir, de forma muito republicana, que seja dada a urgência necessária a uma proposta dessa natureza. Agora, somos obrigados a usar a seguinte expressão: a bola está com o governo federal.

Alguns dizem que este governo federal, que o PT, que a esquerda, o PSOL etc não gostam das forças de segurança. Por que não gostam das forças de segurança? Alguns conjecturam porque alguns deles são aliados com a milícia, alguns deles coadunam com o tráfico, alguns deles coadunam com coisas erradas. Não acredito nisso. Agora é uma hora importante para se provar isso.

É preciso respeitar a vontade do governador, respeitar a vontade do povo do DF, respeitar o objetivo e a atribuição do Fundo Constitucional, acatar essa proposta do governador e, quiçá, emitir, por meio de medida provisória, o reconhecimento às forças de segurança do Distrito Federal. Isso, sim, vai demonstrar um respeito às forças de segurança, porque, quando houve a recomposição salarial anterior a essa, já no governo Lula, quando o governador Ibaneis Rocha encaminhou uma recomposição de 18% em 2 parcelas semestrais – participei das reuniões –, eles quiseram desvirtuar totalmente a proposta, e não cabe ao governo federal fazer isso. Então, esperamos que dessa vez isso não ocorra, que respeitem a vontade da população do Distrito Federal.

Sei que alguns ficam chateados com a forma como falamos, mas a verdade é essa. Querem personificar corporações que sacrificam a própria vida para oferecer segurança à população. Querem trazer isso para o campo ideológico, o que não podemos deixar acontecer.

Eu desejo não ter que caminhar pelo Congresso Nacional ou pelo governo federal. Essa proposta tem que ser acatada. Ela tem que caminhar nos órgãos necessários, técnicos, e, seja por medida provisória ou por projeto de lei, tem que ser encaminhada ao Congresso Nacional para que nós façamos essa entrega.

Presidente, mais uma vez, eu o parabenizo pela sua colocação. Desculpe-me se fui um pouco inconveniente, mas as coisas têm que ser colocadas no devido lugar, as pessoas têm que entender o seu papel, assumir as suas responsabilidades e, inclusive, os seus posicionamentos.

Se eu estiver errado em algum posicionamento que externei, que se demonstre, por meio de

ações, que estamos errados. Basta que se pegue a proposta agora, que se emita uma medida provisória e que se faça essa entrega semana que vem para as forças de segurança. Do contrário, vai se referendar o que estamos falando aqui.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a primeira questão que temos que fazer aqui é repor a verdade. Vossa excelência é policial civil e está ali um delegado da Polícia Civil também.

Na época do governo da presidenta Dilma, estava tudo acertado para se fazer a equiparação com o salário da Polícia Federal – vossa excelência sabe disso. Isso não foi feito antes para a Polícia Civil, porque a ex-presidenta Dilma queria fazer com que ficasse o mesmo salário para a Polícia Civil e a Polícia Federal. Na época, ela disse para as entidades, para quem estava lá, que não poderia fazer a recomposição da Polícia Civil do Distrito Federal antes da recomposição da Polícia Federal. Essa é a verdade. Em seguida, derrubaram a ex-presidenta Dilma.

No entanto, o Capitão Capiroto, que muitos apoiam aqui, veio e não deu 1 centavo à polícia – nada, zero.

Digo mais: foi no governo do presidente Lula – vossa excelência, que é presidente das forças policiais, sabe disso – que, numa negociação do ex-governador Arruda com o governo do presidente Lula, foram concedidos 64% de aumento, de uma vez, para a Polícia Militar – 64% de uma vez! Portanto, não venha me dizer que governo de esquerda tem raiva de polícia, porque não tem, não; ao contrário, ele dá benefício para a polícia.

E digo mais, presidente – por isso, peço mais 1 minuto a vossa excelência –, foi no governo do professor Cristovam Buarque que nós acabamos com aquela miséria daquele rancho que havia nos quartéis e passamos a pagar em dinheiro. Foi no governo do Cristovam Buarque, de esquerda, que nós passamos a pagar o uniforme dos policiais, porque eles não o tinham.

Portanto, se há governo que dá dignidade às forças policiais, são os governos de esquerda. Verifiquem a remuneração da polícia do Maranhão, que foi governada por Flávio Dino; verifiquem a remuneração no Piauí, no Ceará e em outros estados governados pela esquerda. Não venham aqui com história de coisa que não existe.

O que faltou dessa vez – eu disse isso ontem – foi o governador ter ligado e conversado com o presidente da República. O Lula estava pronto para receber qualquer um. Agora dizem: “Quero conversar”. Que bom que querem conversar! E nós, deputado Gabriel Magno, vamos dizer ao presidente Lula que é bom ele receber mesmo. Se ele recebe até o Tarcísio e aquele governador de Santa Catarina, que fica o tempo todo incomodando, acho que, tranquilamente, pode receber o governador Ibaneis e discutir as questões com a seriedade que elas merecem. O que não pode é haver demagogia neste caso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Reiterando, deputado, mais uma vez, com relação ao deputado e com relação à ex-presidente Dilma, é exatamente isso que vossa excelência disse.

Ficamos chateados na época porque o nosso reajuste ficou condicionado ao da Polícia Federal, o que é um equívoco, pois temos um fundo próprio. Mas ela deixou isto bem claro: quando se enviasse o da Polícia Federal, seria enviado o nosso também. E o que aconteceu depois, deputado Chico Vigilante? Entrou um governo que não quis enviar – aquele, sim, não gostava de policiais, e é exatamente sobre ele que vou falar. E aí o que aconteceu?

O governo federal mandou o da Polícia Federal, e nós bombeiros e policiais militares ficamos de fora. E aí, quando o governador Ibaneis assumiu o Governo do Distrito Federal, ele enviou, mas o ex-presidente Bolsonaro não encaminhou. Então, estou sendo bem transparente aqui: nem a ex-presidente Dilma, nem o ex-presidente Bolsonaro honraram o pacto federativo; mas o presidente Lula, em 2003, 2004, 2005, enquanto foi presidente da República, honrou o pacto federativo, respeitando-o. Não houve um só movimento contra o governo federal nesse período.

Quando ele reassumiu em 2023, o Governo do Distrito Federal enviou, mas houve esse problema, e o Roosevelt lembrou bem que não se poderia fazer o parcelamento, porque eram recursos

do fundo. Então, foi um equívoco, não se poderia jamais fazer isso. Por uma questão de paz, resolvemos não endurecer. Mas vocês lembram, inclusive, que eu fiz alguns pronunciamentos até muito duros por conta disso. Enfim, foi resolvido. Todavia, acreditamos, sim, que, da mesma maneira que o presidente Lula sempre honrou, ele vai honrar, porque o governador Ibaneis fez a sua parte, atendeu ao nosso pedido, dos policiais e bombeiros, e vai continuar fazendo isso.

O diálogo tem que existir, deputado Chico Vigilante. Vossa excelência tem toda a razão, em todo o tempo. É o que nós fazemos aqui na Câmara Legislativa.

Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, primeiro eu queria saudar e homenagear aqui a honestidade de vossa excelência. Isso é muito importante na política. Nós podemos ter lados, podemos ter partidos, mas precisamos ser muito honestos politicamente com quem fez e quem não fez.

Vossa Excelência mencionou o nome do ex-presidente da República, que se diz um admirador das polícias, mas não teve coragem de cumprir o que o governador Ibaneis Rocha fez ao enviar o projeto de aumento para a polícia – o que o atual presidente da República fez. Essa é a primeira coisa que é importante mencionar aqui, porque às vezes não é falado. Muitos gostam de jogar para a galera, mas não querem falar o que, de fato, aconteceu. O aumento que ocorreu foi enviado pelo atual presidente da República, o presidente Lula.

Segundo, estamos discutindo forma, não conteúdo. É óbvio que todo mundo que está aqui luta pela autonomia completa do Fundo Constitucional, do orçamento, mas, infelizmente, a caneta não está na nossa mão. Não é um ato de vontade nossa dar aumento para as forças policiais.

Eu tenho certeza de que, se vossa excelência precisasse da assinatura de outra pessoa para um ato político, teria composto e dialogado para que o ato se concretizasse. A mesma coisa deveria ter feito o governador Ibaneis Rocha antes de colocar todas as categorias na Praça do Buriti, com carros oficiais e pessoas fardadas, e anunciar um aumento para o qual ele não tem a caneta na mão para conceder.

Nós defendemos que o aumento saia, mas a caneta não está na mão dele, assim como quando ele anunciou o aumento anteriormente e o Bolsonaro não concedeu, porque a caneta estava na mão do Bolsonaro. O amante dos policiais, que ama as polícias, não deu o aumento.

Então, deputado Hermeto, por quem tenho o maior respeito, o que eu falo é de bom tom. Eu sei que o governador não é vossa excelência, porque, se fosse, eu tenho certeza de que a condução seria diferente, pois vossa excelência se sentaria antes para conversar. Quando vossa excelência anunciasse no Buriti, teria certeza de que o aumento sairia do papel. Então, eu acho que isso faz diferença.

Do meu ponto de vista, o governador utilizou um método errado, e quem pode sair perdendo com esse jogo político – espero que não e lutarei para que não – são as categorias que estavam lá aplaudindo algo que aquele que anunciou não tem a caneta na mão para fazer de fato. Essa é uma preocupação que nós temos.

Por último, eu queria só corrigir o deputado Roosevelt, que falou que não acredita, que há pessoas que acham que os partidos de esquerda têm vinculação com a milícia. Não, acho que ele se confundiu. Quem homenageou milicianos no Rio de Janeiro foi a família Bolsonaro, deputado. Eles que deram várias medalhas para milicianos: na Câmara Municipal, o Carlos Bolsonaro; no Senado, o Flávio Bolsonaro e o próprio Bolsonaro, que homenagearam milicianos. Então, quem gosta de miliciano não é a esquerda, não; é o ex-presidente da República, agora condenado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Como o deputado Roosevelt foi citado, ele fará uso da palavra pela ordem.

Lembrando, deputado Roosevelt, para que a verdade prevaleça, no dia 14 de fevereiro, deste ano, deputado Fábio Félix, a Portaria nº 1.010 foi publicada pelo governo federal, demonstrando a sensibilidade e a boa vontade de resolver a questão, mesmo antes de o governador anunciar. O governo federal já havia se manifestado, pois essas discussões já estavam em andamento. Eu tive a oportunidade, no aniversário do Gabriel, de conversar com a deputada federal Erika Kokay, que está trabalhando junto ao governo federal para que esse processo avance. Da mesma maneira, o deputado Rafael Prudente e outros estão envolvidos. Só para dizer que a coisa caminhou dentro do rito legal.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, sinto-me obrigado a reafirmar o que falei na tribuna, porque, se o colega do partido ofereceu medalha, ele que responda por isso também. Mas foi um ministro da Justiça que visitou o morro onde a milícia comandava no Rio de Janeiro. Foi também esse governo federal que recebeu a dama do tráfico do estado do Nordeste, no Palácio, com todas as honras.

Então, fica complicado rever nossa fala. As atitudes desses partidos reafirmam o que falamos.

Quando o deputado Wellington Luiz falou da ex-presidente Dilma, ele estava correto no que diz respeito à Polícia Civil do DF, mas no que diz respeito ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar, naquela ocasião, houve uma operação tartaruga que durou mais de 2 anos, eu fui um dos líderes desse movimento. Não queríamos isso. Então, o ex-governador Agnelo, naquela ocasião, foi ao governo federal e disse que precisava destinar do Fundo Constitucional um aumento para o Corpo de Bombeiros e para a Polícia Militar. A ordem da presidência foi a seguinte: “Se mandarem a proposta para cá, eu não irei aceitá-la”. Dessa forma, o Agnelo fez o reajuste do auxílio-moradia por meio de decreto. Ele acabou respeitando, sim, mas foi a duras penas. Foram 2 anos de movimento com operação tartaruga, e a população sofreu muito com isso.

Hoje, temos uma demonstração totalmente contrária, pois o governador Ibaneis Rocha, há 6 meses, chamou os parlamentares oriundos das forças de segurança: eu, o deputado Wellington Luiz, o deputado Hermeto e a deputada Doutora Jane e determinou que fizessemos os cálculos para que fosse concedida essa recomposição salarial. Hoje, estamos todos muito felizes com o governador.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, cumprimento meus colegas deputados e deputadas e vossa excelência. Como vai, deputado Thiago Manzoni?

Venho, em primeiro lugar, parabenizar o Governo do Distrito Federal por esta iniciativa de valorização de todos os profissionais das forças de segurança do Distrito Federal. São profissionais que saem cedo de casa, voltam tarde e colocam suas vidas em risco pela nossa população. São profissionais que escolheram uma profissão nobre: cuidar das pessoas, defender a vida. Por isso, nós não podemos deixar de valorizá-los sempre.

Então, eu gostaria de parabenizar o governador, os deputados distritais, os deputados federais, os senadores e todos aqueles que se envolveram nessa batalha, em especial os meus colegas deputados distritais, cada um em sua categoria buscando representar sempre as forças de segurança. Parabéns também vossa excelência por todo o trabalho e articulação que fez, porque pude acompanhar de perto a atuação da Câmara Legislativa nesse processo.

Dessa forma, eu gostaria de deixar isso muito claro e nítido da minha posição.

Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a todos os deputados, a todos àqueles que têm defendido este projeto pela segurança pública do Distrito Federal. Muito tem se falado que todas as forças de segurança foram contempladas, mas a Polícia Penal do Distrito Federal não conseguiu ser contemplada pelo Fundo Constitucional nesse processo.

Falaram que todas as forças foram contempladas, mas a Polícia Penal não foi ainda. Sabemos que a aprovação do projeto para essa força é diferente, mas, de fato, ela não entrou nessa mesma matemática.

Por isso, eu gostaria de fazer um pedido aos deputados que ajudaram o governo nesse encaminhamento para ajudar as forças de segurança, para que também possam ajudar a Polícia Penal. Não abandonaremos nenhum companheiro, principalmente na segurança pública. Esse é um lema muito forte e precisamos ajudar esse pessoal também.

Destaco que a Polícia Penal tem de ser valorizada e respeitada e não pode ficar para trás. Dessa forma, parabéns o governador pela iniciativa de valorizar as forças de segurança.

Presidente, eu gostaria, também, de trazer um apanhado bem breve sobre o terceiro

quadrimestre do ano passado. Hoje, a Secretaria de Economia esteve presente na audiência pública comigo, na CEOF, trazendo algumas informações. Estávamos checando como foi o resultado, de fato, do governo. Esse é um tema que interessa a nós no Distrito Federal, porque todo ajuste, todo projeto, tudo o que acontece no DF depende do orçamento do governo. Então, para que ele possa fazer essas iniciativas, ele precisa das contas em dia e o fechamento da matemática.

Eu gostaria de destacar o aumento do ISS no ano passado, na casa dos 500 milhões. O quadrimestre mostra o quão importante foi a evolução tecnológica da secretaria quando adotou um sistema específico para isso. Houve também o aumento do ITCD e do ICMS, a redução do endividamento do Estado de 7 para 4 bilhões e a redução dos percentuais de operações de crédito. Outra coisa que precisamos dizer também é que o governo, desde o ano passado, reduziu muito essas operações de crédito. Naturalmente, elas demoram de 1 a 2 anos para serem reduzidas e, por isso, há processos em andamento para que ocorram operações de crédito, mas a redução foi significativa.

Além disso, há a questão do aumento do endividamento de gasto com pessoal em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu gostaria de citar as 10 mil contratações que o governo fez ao longo do ano passado e a aposentadoria de mais de 3.500 profissionais. Das 10 mil contratações, 4.700 foram nas áreas de segurança e saúde do Distrito Federal.

Esses são alguns dados de um relatório muito detalhado que eles apresentaram e que será enviado a todos os deputados através do nosso contato e da CEOF. Eu queria trazer essas informações a público para que todos pudessem ter acesso a esses dados e acompanharem o andamento das contas do governo.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Reitero, mais uma vez, o nosso apoio. A Polícia Penal é extremamente importante, cumpre um papel muito difícil e sensível e, de fato, precisa ser valorizada. Tenho certeza de que falo em meu nome e em nome dos 23 deputados ao afirmar que essa luta é de todos nós. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde.

Quero agradecer publicamente a presença de vossa excelência em nossa festa. Foi um prazer tê-lo lá, curtindo um samba. Também quero parabenizá-lo pelo discurso de hoje nesta tribuna e pela seriedade com que tem tratado todas as lutas legítimas e justas dos servidores públicos desta cidade.

Vou insistir mais uma vez: o problema dessa confusão que estamos precisando debater aqui é o governador Ibaneis, pelo método equivocado com que apresentou a pauta e pela relação desigual com que o governo trata as diferentes categorias desta cidade. Foi o governador Ibaneis que criou o problema, que colocou o bode na sala e trata tudo de forma desigual. A condução está errada. Essa é a nossa crítica a esse processo, pela forma como está sendo conduzido equivocadamente pelo governador.

Quero responder ao deputado Roosevelt. Vou citá-lo porque vou dar a ele o direito de resposta. Deputado Roosevelt, quem gosta de miliciano, neste país, é o ex-presidente genocida Bolsonaro e o seu partido. É ele quem vai ser preso em breve. Vou apresentar um áudio do Bolsonaro, deputado Roosevelt, para não haver dúvida porque ficam aqui com bravatas, mentiras e falácias, tentando jogar para a galera. Quem gosta de bandido, de miliciano e de torturador é a extrema-direita deste país, que ainda idolatra um indiciado que vai ser preso, o ex-presidente da República.

(Apresentação de áudio pelo celular.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – É isso! Quem defende grupo de extermínio, miliciano, quem faz homenagem é essa turma. Então, não venham dizer bravatas, colocar na conta de quem tem defendido, inclusive, direitos humanos. Quem vai precisar de direitos humanos na cadeia é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ah, ele vai precisar! E nós vamos defender os direitos humanos do ex-presidente da República que vai ser preso. Ele tem que ser preso, mas tem que ser tratado como cidadão, com os direitos garantidos na cadeia.

Digo de novo: o tal PL, o Partido da Segurança Pública, foi o responsável, presidente, deputado Wellington Luiz, por zero reajuste para as forças de segurança do Distrito Federal. Essa é a turma que adora policial. Eles deram zero de reajuste para as forças de segurança da capital.

Isso tem nome, CPF carimbado: chama-se Jair Bolsonaro – e o seu governo tratou muito mal as forças de segurança. Fez muitos discursos, disse bravatas, mas tratou muito mal essa área. Na

prática, na vida real, essa foi a turma que deu zero de reajuste.

Isso está na história, isso não muda, deputado Roosevelt. Não tentem falsificar a história. O presidente de vocês deu zero de reajuste para a polícia do Distrito Federal. Eles colocaram, inclusive, as forças de segurança, os policiais, os trabalhadores lá na ponta, sofrendo, sob violência, correndo risco de vida. Quem tratou bem as forças de segurança, na história democrática deste país, foram os governos do Partido dos Trabalhadores – e não adianta tentarem falsificar isso ou mudar a história.

Para terminar a minha fala, presidente, quero dizer que é histórica a denúncia da PGR. Inclusive, quero dizer por que as pessoas estão tentando dizer agora: “Ah, mas a PGR faz parte de um complô”.

A deputada federal Bia Kicis, em 10 de agosto de 2019, divulgou a seguinte mensagem no seu Twitter: “Desculpem, acompanhando vocês, eu preciso alertar: vocês estão completamente equivocados quanto ao procurador Paulo Gonet. Eu o conheço e todos os procuradores conservadores do MP o apoiam. É íntegro e apoia a Lava Jato”. Depois, ela chegou a dizer: “Paulo Gonet é conservador, raiz, cristão. Sua atuação no STF, nos processos da Lava Jato, foi impecável. Ele não tem capivara”.

Foi o procurador Paulo Gonet, nas palavras da deputada federal Bia Kicis, que apresentou um documento histórico, uma importante denúncia contra Jair Messias Bolsonaro, que está sendo denunciado, vai ser julgado e vai ser preso pelos crimes de liderança de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União e deterioração do patrimônio tombado. Essa é a denúncia apresentada ontem. Bolsonaro, sua hora vai chegar! Uh! Vai ser preso!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL) – Presidente, a verdade é que, se eventualmente os governos de esquerda reconheceram as forças de segurança e os de direita não reconheceram, isso ocorreu porque sempre a esquerda antecedeu a direita nos governos e quebrou o país. Então, entrava a direita para colocar a coisa em ordem. Quando a coisa estava em ordem, a esquerda entrava, quebrava o país e sucessivamente vivemos isso. Se você estudar a história recente, é isso que aconteceu.

Ao falarmos em valorizar aqueles que defendem as suas pautas, se eventualmente o entendimento é que o Bolsonaro não valorizou as forças de segurança, eu posso dizer o mesmo dos governos de esquerda que não valorizam o trabalhador, o pobre. No país, hoje, o café o pobre não pode tomar, a picanha que foi prometida nós só estamos comendo se for abóbora cortada em formato de picanha e o dólar está nas alturas.

O presidente Lula ficou pendurado num argumento de que o presidente do Banco Central havia sido nomeado ainda do mandato do Bolsonaro. Agora ele está com o presidente do Banco Central dele. Na primeira reunião do Banco Central, o que o presidente do Banco Central do Lula fez? Aumentou os juros. A taxa Selic está lá em cima.

Eu vou dar uma aula muito rápida sobre economia. Com a taxa Selic alta, o investidor prefere deixar o dinheiro no banco, emprestar para o governo e receber juros altos – daqui a pouco a taxa Selic vai chegar a 15% – do que pegar o dinheiro e colocar na rua para gerar emprego na cidade. Infelizmente, este governo atual está a serviço dos especuladores, dos bancários, dos banqueiros, porque ele aumenta os juros para favorecer o compromisso que o Lula fez com o sistema bancário. Podem olhar: o sistema bancário apoiou quem? Apoiou o Lula. O sistema bancário apoiou o Lula. Olhem a mulher do Itaú. Ela apoiou quem? Tudo está claro!

Vamos pegar o presidente do Banco Central e ver o que ele fez na sua primeira reunião. A maioria dos membros do Banco Central, do conselho e o presidente são do Lula. Essa é a verdade, mas vamos ao que é prático, vamos respeitar a população do Distrito Federal e vamos aprovar essa recomposição salarial das forças de segurança o mais rápido possível.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Boa tarde a todos, meus colegas, meu querido presidente.

Eu venho aqui como moderado. Eu venho aqui para acalmar os ânimos.

Nosso país precisa, hoje, é de união e de paz. Você não é ucraniano, deputado Chico Vigilante. Deputado Roosevelt, você não é russo. Nós somos brasileiros e, como brasileiros, nós vamos torcer para o Brasil dar certo.

É verdade. Deputado Wellington Luiz, ontem, desta tribuna, eu disse que o governador, na nossa reunião do MDB, disse assim para mim: "Deputado Hermeto, eu vou procurar o presidente Lula, vou pedir uma audiência com ele". Eu disse isso nesta tribuna ontem. E ele já mandou um documento pedindo audiência com o presidente Lula.

As forças de segurança do Distrito Federal sempre foram custeadas pela União através do Fundo Constitucional. Desde quando, presidente deputado Wellington Luiz? Vossa excelência foi um dos entusiastas do Fundo Constitucional.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em 2002, ele foi assinado e, em 2023, ele foi implantado.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Pois é. Nós temos que nos unir, porque a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil são exemplos hoje. Todos merecem aumento? Merecem, mas é histórica a equiparação da Polícia Civil com a Polícia Federal. A Polícia Federal é oriunda da Polícia Civil. Eu estou errado, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Pastor Daniel de Castro, você pode assumir a presidência por uns minutinhos? É porque eu tenho que descer com o deputado.

Desculpe a interrupção, deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Presidente, eu estou mentindo? A Polícia Federal não é oriunda da Polícia Civil do Distrito Federal?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Antigo Departamento Federal de Segurança Pública.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Havia a antiga GEB, havia não sei o quê.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Nós optávamos por ir para a Polícia Federal ou para a Polícia Civil.

(Assume a presidência o deputado pastor Daniel de Castro.)

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – É um direito da Polícia Civil. Só que, agora, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os parlamentares que se uniram – eu, o deputado Roosevelt, o deputado Wellington Luiz e a deputada Doutora Jane – marcharam em direção ao mesmo objetivo. Cada um de nós buscou a união. Antigamente, a Polícia Civil ficava brigando com a PM, a PM ficava atirando na praça.

Lembra, deputado Chico Vigilante, que houve um tiroteio no Palácio do Buriti? Eu era recruta. Uma bala passou perto de mim. Eu quase corri. Eu tinha acabado de entrar na polícia, em 1990, se eu não me engano. Isso faz 35 anos.

Nós temos que pensar é na união. Hoje, as nossas instituições militares, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros estão unidas, ninguém está brigando. Quantas vezes eu falei desta tribuna: "Ah, porque a Polícia Civil, a PM..." Não! Eu votei tanta reestruturação nesta casa. Eu votei a do DER, eu votei a de não sei o quê, eu votei daqui, eu votei dali, eu votei a favor do auxílio do Serviço Voluntário Gratificado da Polícia Civil.

Alguns colegas radicais PMs postavam, no grupo dos PMs, foto minha com um colete da Polícia Civil e de óculos escuros dizendo que eu era um traidor, porque eu havia votado a favor do SVG, o Serviço de Voluntário Gratificado da Polícia Civil. Não, eu não penso assim. Não é porque um tem e o outro não tem. Vamos caminhar juntos. Pela primeira vez na história, nós caminhamos juntos: a Polícia Civil, PM, Bombeiros. Não houve diferença.

Eu tenho muito orgulho deste momento que nós estamos vivendo na segurança pública através do nosso governador Ibaneis Rocha. O governador Ibaneis Rocha é meio ranzinza, tem a cara fechada, mas ele trabalhou muito. O Distrito Federal está aí para quem quiser ver. Ele está trabalhando. Imaginem um governo com 6 anos, 7 anos aprovado desse jeito. A aprovação dele está lá em cima, porque ele buscou trabalhar pelo Distrito Federal o tempo todo.

Eu não sou de falar dos outros, mas o governo que antecedeu o governo Ibaneis Rocha era um

preguiçoso, só administrou folha de pagamento, não fez nenhum concurso para a Polícia Militar, não fez concurso para a Polícia Civil. Hoje, de cada 3 policiais, 1 foi o governador Ibaneis Rocha que colocou. O efetivo da PM estava acabando. Agora há concurso todo ano.

Então, pessoal, vamos parar de briga, vamos parar de dizer quem é o pai da criança. Eu quero abraçar a Erika Kokay, quero abraçar todo mundo. Quero ir com o deputado Chico Vigilante, com o deputado federal Rafael Prudente, com a senadora Leila Barros, com o senador Izalci Lucas, com todos juntos. Vamos trabalhar para que esse reajuste se realize, porque todo mundo mora em Brasília, todo mundo precisa da segurança. Nós votamos vários aumentos do GDF na Câmara Legislativa. Agora chegou a vez da polícia, chegou a vez da segurança pública.

Vamos parar de briga, vamos unir o país. O deputado Gabriel Magno não é ucraniano. O deputado Thiago Manzoni não é russo. Nós somos brasileiros. Temos que torcer para o Brasil dar certo, independentemente de quem esteja na Presidência da República. Muito obrigado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, eu vou iniciar concordando com o deputado Hermeto. Nós somos todos brasileiros e temos que torcer pelo Brasil. Verdade.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Vossa excelência não gostaria de falar pela ordem da tribuna? Vossa excelência é o próximo orador.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Falarei pela ordem agora e depois terei o tempo da fala.

Presidente deputado Pastor Daniel de Castro, como eu ia falando, o deputado Hermeto tem razão ao asseverar que nós somos todos brasileiros e devemos torcer pelo Brasil. Ele tem razão quando ele fala isso. O problema é que dividiram o Brasil, e quem dividiu o Brasil em nós contra eles tem nome e sobrenome: Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Foi o PT que dividiu o Brasil pela forma como faz sexo, pela cor da pele, se a pessoa é homem ou mulher. Foi o PT que dividiu o Brasil entre ricos e pobres. Foi o PT que dividiu o Brasil em regiões e colocou uma região do país contra a outra. É isso que o PT produz o tempo inteiro. Depois vem com um discursinho – não o deputado Hermeto, que é do MDB, mas o PT – barato de falsa conciliação, que, na verdade, significa uma submissão à agenda petista, à agenda destrutiva do PT.

O deputado Gabriel Magno vem aqui e expõe um áudio do então deputado federal Jair Bolsonaro em que ele fala dos assassinatos que aconteciam na Bahia. Foi esse tipo de fala do então deputado Jair Bolsonaro que o levou à Presidência da República, porque a população não aguenta mais o crime organizado, a população não aguenta mais o PCC, não aguenta mais o Comando Vermelho, não aguenta mais a aliança entre políticos de esquerda, como o PT, e o crime organizado. Lembram-se dos diálogos cabulosos? Lembram-se da festa que houve nas cadeias do Brasil quando o Lula, em tese, ganhou as eleições? Lembram-se disso? Vocês lembram ou não lembram? Houve festa dos detentos nas prisões do Brasil. O Lula foi fazer campanha em lugares dominados pelo tráfico sem segurança. Eu não estou me referindo ao ministro da Justiça Flávio Dino. Eu estou me referindo ao Lula com o boné CPX. E o caos que o PT causa e a sensação de injustiça da população que fazem nascer, em diferentes unidades da Federação, pessoas dispostas, infelizmente, eu ressalto, a fazerem justiça com as próprias mãos.

Presidente, na hora em que acabar a minha palavra pela ordem, eu entro no comunicado de parlamentares.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Deputado, pedi a vossa excelência a palavra, porque precisamos terminar o comunicado de líderes para entrarmos no comunicado de parlamentares.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, quando acabar a minha palavra, pela ordem, eu entro no comunicado de parlamentares. Mas eu preciso só encerrar o raciocínio.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Peço a vossa excelência que quando encerrar o raciocínio...

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – ... Eu encerro o discurso, e espero vossa excelência liberar o comunicado de parlamentares.

Então, é esse tipo de pensamento que destrói a sociedade, assim como o Rio de Janeiro, infelizmente, está destruído, e a Bahia, infelizmente, está destruída pelo crime organizado.

E a sensação de injustiça das pessoas – injustiça que é fomentada por quem defende bandido – faz com que elas se sintam completamente indefesas. Isso faz com que, infelizmente, nasça cidadão disposto a fazer justiça com a própria mão, porque o Estado não dá segurança e não faz justiça.

Então, o que foi exposto aqui é parte da indignação do povo brasileiro. Repito: lamento que existam grupos de extermínio. Isso não deveria existir, porque o Estado deveria garantir a vida, a liberdade, a propriedade privada das pessoas, e deveria coibir e acabar com o crime organizado. Infelizmente isso não acontece.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Deixe-me registrar, até por um pedido de assessoria, que o deputado Thiago Manzoni estava falando pela ordem. Portanto, encerrarei o comunicado de líderes e abrirei o comunicado de parlamentares.

Antes, concederei a palavra ao deputado Gabriel Magno, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Peço a vossas excelências que entrem em um acordo.

Deputado Gabriel Magno, vossa excelência espera a palavra do deputado Thiago Manzoni?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Calma, deputado. Vamos segurar um pouco essa questão de mentira. O deputado é livre na tribuna para falar. O senhor refuta, então.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Vossa excelência o faz pela ordem. Muito obrigado, deputado Gabriel Magno. Como sempre, vossa excelência é muito gentil.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para comunicado.) – Obrigado, presidente.

Agora eu vou tratar de outro assunto que foi trazido a esta tribuna pouco antes de eu vir a ela: a denúncia da Procuradoria-Geral da República.

A denúncia da PGR tem sido caracterizada ou qualificada por vários juristas como uma peça teatral. A denúncia da PGR contra o ex-presidente Bolsonaro e contra outras 30 e poucas pessoas parte de uma premissa. A premissa de que houve o que a imprensa, o consórcio, chamou de trama golpista.

A partir dessa premissa, estabelece-se todo um raciocínio para comprovar que houve a trama golpista. Não é assim: “Nós temos fatos e provas e, então, chegamos à conclusão de que houve uma tentativa de golpe”. Não é isso o que acontece. É assim: “Nós temos de dizer que houve uma tentativa de golpe. De que forma nós vamos fazer isso?” As expressões “teria”, “se” e outras condicionantes aparecem no texto 270 vezes. O que, obviamente, leva à conclusão de que se está querendo chegar a um resultado pretendido, porque a premissa já está estabelecida: “Temos de condenar”.

Algumas perguntas merecem resposta. Será que todas as pessoas que duvidaram do sistema eleitoral brasileiro estavam dispostas a dar um golpe? Se a resposta for “sim”, o ministro do Supremo, Flávio Dino, tem de responder também. Há diversos vídeos dele colocando em dúvida o sistema eleitoral brasileiro e dizendo que ele foi vítima de fraude nas urnas eletrônicas, numa eleição no Maranhão. Será que alguém que tem a maioria do povo brasileiro consigo, o maior líder político do Brasil, que anda nas ruas e é aclamado por onde vai, será que essa pessoa, estando no poder, precisaria dar um golpe?

Imaginem um golpe que começou a ser arquitetado 1 ano e meio antes, quando quem estava no poder – na imaginação desse pessoal – é que queria dar o golpe. Imagine, presidente! E cabe indagar: será que, depois de 1 ano e meio de preparação, eles decidiram tentar dar o golpe estando fora do poder, sem as Forças Armadas, sem forças paramilitares, com paus e pedras, quebrando vidraças? É esse o golpe? É essa a tentativa de golpe? Depois de 1 ano e meio de planejamento, foi isso? Quando as Forças Armadas já estavam sob o comando do novo presidente, o Lula, ilegítimo? Será

que, depois de 1 ano e meio, tudo o que eles conseguiram arquitetar foi meia dúzia de gente, com paus e pedras?

Por que o golpe seria dado por pessoas desarmadas? Como o golpe seria dado por pessoas desarmadas? Por que a denúncia aparece, ou é feita, no momento em que o governo Lula está mais fraco, está nas cordas, com as pernas bambeando, com a aprovação de apenas 24% da população, com a inflação batendo na casa de todo mundo, com o Lula falando uma besteira atrás da outra, e nem o Sidônio dá jeito nele? Por que a denúncia foi feita justo agora, que vem aí a maior manifestação da história do Brasil, em 16 de março, para tirar o PT do poder outra vez? Por que agora? Por que neste momento? Por que neste momento vem a denúncia, quando as pesquisas apontam que Lula seria derrotado em primeiro e segundo turno por Bolsonaro e que Michelle Bolsonaro também venceria Lula no segundo turno? Por que agora? Por que agora?

Será que existe mesmo autoritarismo na pessoa que defende a liberdade? Será que é autoritário aquele que defende o direito de todos falarem livremente? Será que é autoritário aquele que defende o direito de todos usarem as redes sociais livremente? Ou será que é autoritário quem quer cercar o direito dos outros de falarem? Não seriam autoritários aqueles, por exemplo, que derrubam perfis de redes sociais? Não seriam autoritários aqueles que perseguem parlamentares no seu mandato, pelas opiniões que expressaram da tribuna do Congresso Nacional?

Não é interessante que, aqui no Brasil, como na Venezuela, a extrema-esquerda acuse seus opositores de antidemocráticos e de tentativas de golpe? O mundo inteiro sabe que González venceu as eleições na Venezuela. O mundo todo sabe isso. Mas Maduro acusa González de ser antidemocrático e de ter tentado dar um golpe. Não é coincidência demais? Não é de se parar para refletir que, como lá, aqui os opositores do regime também estejam sendo encarcerados e presos? Não é de se questionar que lá fora, no mundo livre, os algozes daqui estejam sendo processados em tribunais internacionais, inclusive por empresas como a Rumble e pela empresa do próprio presidente dos Estados Unidos. Será que essas pessoas todas têm um complô para dominar o Brasil ou seria o contrário, e essas pessoas estariam defendendo a nossa liberdade?

Encerro, presidente, dizendo que, para todo mundo que entende minimamente de direito, a denúncia apresentada não para em pé. São apenas ilações. Até a própria *Folha de S. Paulo*, integrante do consórcio, diz que não há provas para embasar a denúncia que foi oferecida.

Para qualquer estudante de direito, no início do curso, é claro e óbvio que quem tem que provar é quem acusa e não quem se defende. Será que o Estado de direito ainda está vigente no Brasil? Essas são as perguntas que ficam.

Agradeço, presidente, pelo tempo e agradeço a atenção dos senhores. Boa tarde.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Peço a vossa excelência que assuma a presidência, pois sou o próximo orador.

Antes, porém, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, ia ser um pronunciamento apenas antes do discurso do deputado Thiago Manzoni, o que obviamente agora vai virar algumas outras intervenções.

A primeira – em defesa do chamado “consórcio da imprensa comunista”, que foi atribuída pelo nobre deputado – é sobre a mentira proferida na tribuna.

Reportagem do *UOL*, que têm jornalistas formados, sérios, assinando: “É montagem o vídeo em que presos celebram resultados do primeiro turno na eleição do Lula”.

Reportagem do portal boatos.org, assinado por jornalistas formados, sérios, pela imprensa deste país que garante a democracia: “Vídeo mostra presidiários comemorando as vitórias do Lula no primeiro turno. É mentira, *fake news*”.

Reportagem do *Estadão*: “Lula não estava sem segurança no Complexo do Alemão”, como foi dito pelo deputado.

Reportagem do *Jornal de Brasília*, que talvez me pareça e, também, faz parte desse consórcio comunista de ataque à democracia e à liberdade de imprensa, assinado por jornalistas sérios, formados.

O deputado Thiago Manzoni repetiu que o presidente Lula defendeu que ladrões roubam

celulares para tomar uma cervejinha, caindo em pegadinha e *fake news* com edição de vídeo.

É preciso registrar a verdade. Fazer disputa política faz parte do ambiente do parlamento, mas sem mentira, sem invenção, sem *fake news*, que precisa inclusive ser crime, porque distorce a própria democracia.

Diferente do deputado, acho que a imprensa que nos cobre todas as semanas cumpre um papel fundamental em defesa da liberdade de expressão e da democracia brasileira.

Quero aqui fazer um registro aos jornalistas e às jornalistas que acompanham presencialmente este plenário, mas que também cobrem o trabalho da Câmara Legislativa, do Congresso Nacional, da vida da nossa cidade.

Essa é a primeira questão, presidente.

A próxima questão. Vou ler, mais uma vez.

Vou ler, mais uma vez, 3 pequenos trechos da denúncia do procurador-geral da República.

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Eu vou pedir, deputado Gabriel Magno, para vossa excelência encerrar, para que o deputado Pastor Daniel de Castro possa fazer seu discurso, depois reassumir a presidência, porque eu vou precisar respondê-lo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Não, mas eu quero fazer a minha fala, porque eu topei fazê-la após a sua fala.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Vossa excelência já fez uso da palavra pela ordem e vai poder fazer outra, mas eu preciso que o deputado faça o discurso dele.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Eu queria fazer, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Porque eu vou precisar responder.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Ok, vossa excelência tem todo o direito de responder.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP.) – Posso dar uma sugestão, se vossa excelência me permitir?

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Claro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Deixe o nobre deputado Gabriel Magno fazer a fala dele. Logo, em seguida, eu assumo a presidência e o senhor fará as suas considerações. Não há nenhum problema; depois eu farei as minhas.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Sobre a denúncia do procurador-geral, Paulo Gonet, de novo é importante lembrar, nas palavras da deputada federal Bia Kicis, do PL: “impecável”.

Abre aspas para o procurador: “Os membros da organização criminoso estruturaram, no âmbito do Palácio do Planalto, o plano de ataque às instituições, com vistas à derrocada do sistema de funcionamento dos poderes e da ordem democrática, que recebeu o sinistro nome de ‘punhal verde-amarelo’. O plano foi arquitetado e levado ao conhecimento do presidente da República e a ele anuiu, ao tempo que era divulgado o relatório em que o Ministério da Defesa se via na contingência de reconhecer a inexistência de detecção de fraude nas eleições.”

Continua o procurador-geral da República: “Para melhor compreensão dos fatos narrados, convém recordar que, a partir de 2021, o presidente da República adotou crescente tom de ruptura com a normalidade institucional e seus repetidos pronunciamentos públicos, nos quais expressava descontentamento com decisões de tribunais superiores e com o sistema eleitoral e eletrônico em vigor.”

Segue o procurador-geral da República: “Há evidências minuciosas de reunião ocorrida no dia 14 de dezembro de 2022, onde uma nova versão do decreto golpista, já com os ajustes feitos por Jair Bolsonaro, foi apresentada pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira aos comandantes das 3 Forças Armadas.”

Essa é uma parte importante da denúncia do procurador-geral da República, porque não é peça de ficção. Não há nobre deputado... Eu quero que me apresente aqui quem é esse corpo jurídico técnico brasileiro que entendeu que essa peça é uma peça de ficção. É importante apresentar.

Mas, de novo, com todo o respeito que eu tenho à trajetória jurídica do senhor Paulo Gonet, que parece concordar com a opinião da deputada federal Bia Kicis, que também concorda com a nobre trajetória jurídica e de vida pública do procurador-geral da República. Essa é uma peça muito importante para a democracia brasileira.

Nós esperamos, deputado pastor Daniel de Castro, que vai fazer seu pronunciamento, que a justiça brasileira garanta o direito de defesa para todos os indiciados pela Procuradoria-Geral da República, com amplo direito de defesa, escuta, com advogados como a Constituição brasileira assim prevê. Direito de defesa que, infelizmente, alguns não tiveram direito nesse país na história recente.

Que se faça justiça. Que aqueles que atentaram contra o Estado democrático de direito... Nobre deputado, não foi uma mobilização voluntária, de paus e pedras. Já mostramos várias vezes aqui, inclusive as imagens, podemos trazê-las novamente.

Que os responsáveis pela tentativa de golpe de Estado sejam julgados com amplo direito de defesa e responsabilizados pelo grave crime que cometeram contra o Estado democrático de direito e o povo brasileiro.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Presidente, muito obrigado. Cumprimento vossa excelência, os nobres deputados que aqui estão, a imprensa, os assessores e todos que assistem a nós.

Quero começar fazendo a defesa de vossa excelência, porque sua fala não foi generalizada para toda a imprensa. Não é muito justo tentar jogar a imprensa contra um parlamentar. Fica ressaltada esta defesa. Há um consórcio que está caindo e tendo dificuldade de defender o atual governo, no próprio canal. Repórteres da Rede Globo – que faziam, com esforço, uma defesa extraordinária do presidente Lula –, hoje, estão com dificuldade e já indo contra ele.

O direito é para praticar a justiça e não para praticar a vingança. O direito processual penal tem um rito. É apenas uma peça o que está no Supremo Tribunal Federal, que decidirá se tornará réus todas as pessoas. Será aberta uma fase chamada ampla defesa e contraditório, em que os defensores de todas essas pessoas farão seus pronunciamentos. Eles vão rebater o que diz a Procuradoria-Geral da República. O ônus da prova incumbe a quem acusa. Vigê no processo penal a regra que, só depois de sentença transitada em julgado, o réu está condenado.

Deputado Thiago Manzoni, ontem, eu fiquei lendo a peça acusatória da PGR até 1 e pouco da manhã. São 272 páginas. Depois de aproximadamente 20 páginas, eu fui dormir. Somos advogados, somos militantes. Eu o sou no direito penal. A minha especialização é direito penal.

Corrijo a minha fala. Não são 270 condicionantes, mas, sim, 207.

Primeiro. Na peça, constam as palavras “possível”, “suposto”, “hipotético” e “queria”. Essas palavras, por si sós, já enfraquecem o inquérito do chamado golpe.

São palavras do eminente ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e jurista, Marco Aurélio Mello: “O STF não pode julgar pessoas comuns”. Aquele não é o lugar para julgar o Bolsonaro.

Um deputado desta casa falou que é assim porque o ato ocorreu quando ele era presidente. O Lula não foi julgado no STF. Ele foi julgado e condenado em 3 instâncias, por 12 juízes, por unanimidade!

É estarrecedor ver esse tipo de peça acusatória. O Brasil todo a está questionando!

Quando eu falo que o direito vai exercer a justiça e não a vingança, eu me preocupo, porque qualquer juiz é obrigado a se julgar impedido se ele for amigo pessoal da vítima ou inimigo capital dela. Eu ousou dizer que alguns dos ministros deste Supremo são suspeitos e não têm a competência de julgar o ex-presidente Bolsonaro. Disse um deles que ele será julgado pela justiça e pelas leis, não pela política, mas esse mesmo ministro já declarou: “Nós vencemos o bolsonarismo”, declarando-se lulista.

Aliás, quando o ministro Alexandre Moraes fala, ele exala ódio. Eu oro por ele – é verdade –, se quiserem contemplar isso, podem ir na segunda-feira que vem ao Supremo Tribunal Federal. De 15 em 15 dias eu estou com um grupo de irmãos da igreja, orando pela nação, e nós oramos pelo ministro.

Bolsonaro está liquidado, já está condenado. Ontem eu falei isso da tribuna e, logo depois, veio a peça acusatória. Foi cancelado o jantar que os ministros do Supremo teriam com o presidente Lula. Ministro do Supremo não tem relação política, não faz política, é proibido constitucionalmente. Hoje

eles fazem inclusive lei.

Eu fico estarecido porque nós já sabemos o final dessa história, a não ser que a mão de Deus venha sobre essas pessoas. Você pode praticar injustiça o tempo todo, mas uma hora a justiça de Deus prevalece. Há uma sana persecutória para prender Bolsonaro. Eu tenho convicção de que eles ainda não o prenderam porque sabem que vai haver uma revolução nesta nação. Não vai, deputado Chico Vigilante? Vocês tiveram a capacidade de, quando o Lula estava preso, acamparem em frente à Polícia Federal, onde se encontrava aquele que foi preso e delatado pelos seus amigos.

É estarecedor que, hoje, o ministro Dias Toffoli tenha anulado as condenações contra o Palocci, que delatou o Lula. Eles estão fazendo de tudo para pregar no Bolsonaro a abolição do Estado democrático direito, golpe, que foi tão falado aqui.

O ministro do presidente Lula está dizendo que não houve golpe. É o ministro da defesa que está falando. O presidente da Câmara dos Deputados, em recente fala na Câmara federal, disse que tem que se penalizar aqueles que quebraram. Eles têm que responder. Ontem eu falei aqui, deputado Thiago Manzoni, que a dosimetria da pena serve para isso. Aquele que praticou o crime vai responder na medida da sua culpabilidade.

Mas não podem fazer o que estão fazendo. A acusação é generalista para todo mundo, sendo que no processo penal é obrigada a individualização da conduta. É necessário que haja a individualização. Aliás, está tudo errado, porque lá no começo é obrigatória a emissão da nota de culpa para quem está preso, e a nota de culpa foi Ctrl+C, Ctrl+V, depois de muito tempo. Já deveria ter sido colocado em liberdade quem estava preso.

O processo penal está rompido. Esse processo é eivado de vício e de erro. Na minha visão jurista, ele é natimorto. Ele não se sustenta. Ele não prospera. Bolsonaro não é líder de quadrilha. Bandido tem ficha, bandido não nasce da noite para o dia. É por isso que, no devido processo legal, inclusive, existe atenuante e majorante. Aquele que é réu primário e tem bons antecedentes vai gozar de determinados direitos que atenuam suas penas. Eles estão soltando aqueles que pegaram 40, 50, 400 anos de cadeia e estão prendendo mãezinhas e senhoras, mas a esquerda vai falar que eles são golpistas, terroristas.

Há um código de direito penal, há leis que são obrigadas a ser analisadas antes de se imputar um crime a uma pessoa ou condená-la. Por isso digo que essa peça não se sustenta. Por mais que estejam dando brilhantismo ao Paulo Gonet – não vou entrar nessa seara, porque, se ele fosse tão brilhante, não faria uma peça dessa. Creio que não, porque isso mancha o currículo de um homem sério. Não estou falando que ele não é sério, mas isso mancha currículo –, estava tudo tão preparado, porque se ele não apresentasse a peça ontem, o presidente Lula teria se reunido com os ministros do Supremo Tribunal Federal. Isso não é crível.

Todos eles colocaram o Bolsonaro como inimigo mortal. Eles querem prender o ex-presidente Bolsonaro para equipará-lo ao Lula, ex-presidiário, mas é preciso analisar a ficha de cada um. Bandidos podem, eventualmente, nascer da noite para o dia, mas eles geralmente têm ficha criminal, história de crime. Esse não é o caso do ex-presidente Bolsonaro.

Se eles tiveram a hombridade, a capacidade e a dignidade de defender o presidente Lula quando ele estava preso, quanto mais teremos nós de defender o nosso ex-presidente Bolsonaro. Defenderemos a inocência do ex-presidente Bolsonaro, a anistia e a revisão dessas penas. Ontem falei que o Congresso Nacional terá que ser responsável por analisar a anistia e rever essas penas que estão sendo decretadas contra essas pessoas – pais e mães de família.

Ontem assisti, inclusive, a alguns comentários na televisão, deputado Thiago Manzoni, de pessoas que estavam lá apenas como espectadores, filmando as pessoas. Eles foram presos e condenados a 14 anos de cadeia. Isso não é crível, não é justo, por isso entendo que essa peça não se sustenta. Tenho convicção plena disso.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Peço a vossa excelência que assuma a presidência, para que eu possa responder ao deputado Gabriel Magno.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Assumo a presidência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, se não fosse trágico, seria cômico: deputado do Partido dos Trabalhadores dizendo que vai restabelecer a verdade. O que é mentira para eles? O que é *fake news* para eles? Tudo que discorda deles. Se discordou deles, é *fake news*. E eles querem criminalizar a *fake news*, porque, no mundo ideal deles, todo mundo que discorda deles tem que ir preso. Se falou algo de que eles não gostam, tem que ir preso. Esse é o pensamento deles, mas eles se dizem democráticos, defensores das liberdades, desde que não se discorde deles. Eles roubam a carteira de alguém e gritam: “Pega ladrão”. Eles acusam os outros daquilo que eles próprios fazem. É mais ou menos assim que funciona.

Respondendo ao crescente tom de ruptura que foi mencionado, eu digo que crescente tom de ruptura é o presidente da República ficar ameaçando que, se o Congresso não fizer, vai mandar o Supremo fazer. Um exemplo disso é a regulação das redes sociais. Para que serve o Congresso, então? É ele que manda no Supremo? Como é que funciona isso? Mas isso, na cabeça deles, é democrático. Por quê? Porque é a imposição da vontade deles sobre os outros. E, desde que seja a vontade deles, está tudo bem.

Eu finalizo mencionando algo que vossa excelência já mencionou. Cidadãos inocentes estão presos, mas há pessoas nesta casa que já participaram de muitas manifestações com quebra-quebra e nunca foram presas, porque são de esquerda. Nesse caso, elas não são consideradas criminosas. Enquanto pessoas que participaram de baderna estão presas, o ministro Toffoli, como bem vossa excelência mencionou, acabou de anular o processo e a condenação do Palocci.

A Lava Jato está sendo apagada da história. Eles estão reescrevendo a história, ou tentando reescrever a história. E quem é criminoso agora – imaginem – são esses pais e mães de família que deixaram órfãos de pais vivos.

Eu encerro as minhas palavras falando sobre a imprensa e o consórcio. Todos os jornalistas presentes sabem do respeito que eu tenho por eles. Todos os veículos de comunicação do Distrito Federal e do Brasil sabem do respeito que eu tenho por jornalistas sérios. Mas houve, sim, a formação de um consórcio não só de imprensa. Houve um consórcio que se juntou para descondenar o Lula e colocá-lo na Presidência da República. Essa é uma realidade.

Isso não é desrespeito. Muitos dos veículos de comunicação do Brasil são sérios. Eu respeito o trabalho deles, como respeito o trabalho do Metrô, que tem representante nesta casa; do *Jornal de Brasília*, que tem o Suzano como representante nesta casa; e tantos outros veículos.

Agora, houve festa e celebração em um veículo de comunicação famoso do Brasil com o resultado das urnas, do mesmo jeito que houve no presídio, pois eles torciam para o Lula. É só ver como eles agem, até hoje, como assessoria de imprensa do Lula, isso é nítido. Eu nem os recrimino, não. Eu só não acho que é certo se chamar de imparcial quando não está sendo imparcial. Assuma! “Estamos trabalhando aqui para fazer isso em favor do Lula.” Está tudo bem. Não há problema.

Então, reafirmo aqui o meu respeito aos jornalistas e à imprensa e repudio a tentativa, como vossa excelência bem falou, de se colocar a imprensa contra um deputado, como foi feito aqui. Acho injusto e desleal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Deputado Pastor Daniel de Castro, que preside, neste momento, a sessão; parlamentares aqui presentes e aos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, vou dar uma pausa aqui no debate para chamar a atenção para o fato de que, mais uma vez, nossos amigos e amigas que compõem a região metropolitana, que chamamos de Entorno, sofreram com mais um aumento no transporte público.

É importante chamar a atenção para isso, porque não existe Distrito Federal sem os nossos irmãos e irmãs dos 19 municípios que compõem a região metropolitana, sobretudo aqueles que estão mais próximos de nós, como Cidade Ocidental, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas, Formosa e Planaltina de Goiás.

Infelizmente, esse é mais um aumento que a ANTT se fez forçada a realizar, pois ela não regula o processo tarifário de transporte de passageiros interestadual da forma que deve ser feita. Ela

cuida do transporte interestadual de viagem, não de linhas. Esse é um papel dos estados e municípios. E, como ainda não temos, dentro do pacto federativo, a possibilidade de fazer um acordo de metrópole entre 2 ou 3 estados, como está estabelecido, são criadas as megalópoles, ficamos reféns dessa problemática.

Nos municípios que citei, não existe uma linha de subsídio próprio dentro do próprio sistema e, aí, ocorre aquela mágica que já mencionei aqui: o sistema fica caro porque perde o usuário. É necessário haver o reajuste. Se há um reajuste, a passagem fica cara, e o usuário sai do sistema. E, aí, aquele amigo ou amiga que está em Águas Lindas e tem um carro resolve compartilhá-lo com mais 4 companheiros e amigas, que colocam 10 reais de gasolina, e consegue chegar ao Plano Piloto e dar a carona de volta. Essas 5 pessoas não voltam mais para o sistema. Não é à toa que nós estamos com os corredores de carros. Quem vai embora para o nosso Entorno, para o Valparaíso, sabe como é esse horário de pico: praticamente engarrafado. Para quem pega BR 070, é a mesma coisa.

Por isso é importante lutarmos pelo consórcio. Não foi à toa que agora o Governo do Distrito Federal lançou e apresentou a Secretaria do Entorno. No debate de que participávamos, às vezes ia a Secretaria de Mobilidade, deputado Pastor Daniel de Castro, ou outro representante do governo, mas não havia alguém que centralizasse as informações. Nós estávamos com a ANTT, tentando explicar que o problema não era com ela, pois ela teria que realizar o repasse, já que isso é uma obrigação contratual – o contrato é com a ANTT. As empresas, como a Taguatur, estavam chegando à ANTT querendo devolver o consórcio, querendo devolver o contrato, porque não se faz necessário.

Há muitas empresas da nossa região metropolitana que podem devolver o contrato exatamente pela matemática que mencionei agora. O sistema é abandonado, como aconteceu em Formosa, que foi obrigada a fazer o Tarifa Zero porque a empresa abandonou o sistema dizendo: "Eu estou indo embora. Não consigo mais sobreviver aqui."

Estamos chamando a atenção para isso porque está muito caro, e quero chamar a atenção dos senhores para onde foi o reajuste. As empresas de Brasília não o absorvem esse reajuste. Eles fazem a transferência do vale-transporte proporcionalmente ao que é no Distrito Federal. O trabalhador complementa com o seu salário. É duro, é pesado. O reajuste vai acontecer agora, no próximo domingo.

Em Luziânia, a passagem está entre R\$10,70 e R\$12,05. São 24 reais para vir a Brasília e voltar para casa todos os dias. Em 10 dias, são 250 reais. O trabalhador está perdendo praticamente 1/3 do seu salário só com o transporte, que já é precarizado. Em Águas Lindas de Goiás, a passagem vai para R\$11,15; no Novo Gama, R\$12,05; no Valparaíso, vai de R\$5,05 a R\$9,15, e, em Planaltina de Goiás, R\$11,35.

E há um histórico. Em 2023, houve 2 aumentos: 12% em março e 15% em agosto. Em 2024, 8,56% em fevereiro. E agora, mais um reajuste dentro do sistema, que é de 2,9%. Estamos caminhando para um debate sobre o Tarifa Zero, mas isso, obviamente, não exclui o debate sobre a região metropolitana. Colocamos isso no cálculo. Vou explicar o que está em negociação, para que todos entendam.

Na reunião que houve com a ANTT, existe o acordo de um consórcio entre o Estado de Goiás, o Distrito Federal e a União. A ideia era que cada um contribuísse com 33%, para azeitar esse subsídio e fazer com que todo o sistema funcionasse. O governo federal não vai colocar os 33%, porque ele tem que fazer isso com um conjunto de municípios e estados que estão na mesma situação. Por isso, estamos lutando pelo Sistema Unico de Mobilidade, que funcionaria como o Sistema Unico de Saúde – SUS, em que todos contribuem.

Então, qual é o combinado com o governo federal? Que ele, a partir do PAC, garanta as obras de mobilidade na região. Por isso vocês estão ouvindo falar do VLT, da volta do transporte sobre trilhos. Estão vendo a possibilidade da expansão do BRT Sul, estendendo-se até Luziânia e os municípios e fazendo a linha alimentadora para esse BRT, nesse corredor central; a possibilidade de o BRT Norte, que terminaria em Sobradinho, esticar para Planaltina e seguir também até Formosa. Poderíamos ter o BRT saindo da entrada de Águas Lindas, ou seja, Águas Lindas faria ali um terminal de baldeação e o pessoal entraria com integração. É isso que estamos pedindo.

Os nossos irmãos e irmãs que não tiveram condição de morar em Brasília e tiveram que comprar uma casa no Entorno agora estão se sentindo praticamente abandonados, porque o custo do transporte impacta diretamente na qualidade de vida e na renda dessas pessoas. Queremos chamar a atenção para isso e buscar soluções.

Quero dizer aos amigos e amigas que moram na região metropolitana que já nos reunimos 3

vezes com a ANTT e também com a secretária do Entorno, Carol Fleury, que veio a esta casa debater a questão conosco. Agora que a Secretaria do Entorno foi reapresentada, queremos nos colocar à disposição para buscar saídas, a fim de que o transporte seja cada vez mais acessível e de qualidade para nossos irmãos e irmãs da região metropolitana do Entorno de Brasília.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Deixe-me quebrar o protocolo, já que estou dirigindo esta sessão neste momento, e fazer um registro. Eu acho que é assim que construímos a política. Eu destinei 1,5 milhão de reais para o HRT – Hospital Regional Taguatinga, para a melhoria do hospital, e vossa excelência destinou 1 milhão. Mas vossa excelência fez algo que não precisava fazer. A conversa lá é de que vossa excelência chegou e disse: “Coloquei 1 milhão aqui a pedido do deputado Pastor Daniel de Castro”. Eu já desfiz a conversa e falei: “Não é verdade. Ele colocou 1 milhão da emenda dele, e Brasília precisa saber disso.”

Agradeço a vossa excelência o carinho de ter usado meu nome lá, mas tomei a liberdade de usar o vosso nome também, dizendo que a emenda é de vossa excelência e precisa ser divulgada, pois vai fazer muita diferença no Hospital Regional de Taguatinga, que precisa muito. O doutor José Williams me ligou ontem falando sobre isso. Parabéns por essa atitude! Isso nos dignifica mais ainda e aumenta o nosso respeito. Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Pessoal que assiste a nós pela TV Câmara Distrital, hoje, o assunto é o golpista Capitão Capiroto. O Capiroto não é golpista de hoje, deputado Gabriel Magno! Ele é golpista e terrorista desde 1986.

Estou com uma matéria da revista *Veja*, que dá conta de que ele, quando era integrante do Exército, tentou colocar bombas para explodir a represa de Guandu, causar o caos no estado do Rio de Janeiro e deixar o estado sem água. Esse é o Bolsonaro!

Para quem está dizendo que a denúncia não tem consistência, vou ler a cronologia do golpe.

Em 5 de julho de 2022, houve reunião ministerial cuja gravação foi encontrada com Mauro Cid. Nela, Bolsonaro discursa para 22 ministros e os conclama a agir, além de fazer vários ataques ao sistema eleitoral. “Nós não podemos esperar chegar o dia 23, olhar para trás e falar o que nós não fizemos para o Brasil. Chega! A situação é hoje em dia.” Isso foi no dia 5 de julho.

Em 8 de novembro de 2022, Mauro Cid envia áudio ao general Freire Gomes, dizendo que Bolsonaro estava recebendo pessoas, que o pressionava a agir.

Em 9 de novembro de 2022, Mário Fernandes imprime o plano Punhal Verde e Amarelo, que previa o assassinato de Lula, Alckmin, Moraes, e o leva ao Palácio do Alvorada. Imprimiu o plano e o levou para o Palácio do Alvorada, quando estavam prevendo a morte, por assassinato, do presidente Lula, do ministro Alexandre de Moraes e do Alckmin. Eles tinham colocado também a prisão do ministro Gilmar Mendes, mas a retiraram.

Em 12 de novembro de 2022, Braga Neto se reúne com Mauro Cid e kids pretos em Brasília. As provas reunidas pela PF indicam que os militares começaram a colocar em prática o plano golpista após a reunião.

Em 19 de novembro de 2022, minuta golpista é apresentada a Bolsonaro no Palácio do Alvorada, por Filipe Martins e padre José Eduardo de Oliveira. O padre não estava rezando! O padre estava lá entregando uma minuta golpista.

Em 29 de novembro de 2022, militares e apoiadores de Bolsonaro disseminam carta aos generais, pressionando-os a aderir à tese golpista.

Em 7 de dezembro de 2022, nova versão da minuta, com ajuste, é apresentada por Bolsonaro aos comandantes do Exército, da Marinha e ao ministro da Defesa, no Palácio do Alvorada.

Em 8 de dezembro de 2022, kids pretos ativam os celulares que foram utilizados no plano Copa 2022 e Mário Fernandes se encontra com Bolsonaro.

Em 9 de dezembro, Bolsonaro rompe o silêncio, fala com apoiadores, faz ajustes em minutas e se encontra com Estevam Teóphilo, que teria apoiado o golpe.

Em 14 de dezembro, Braga Neto xinga Freire Gomes de "cagão", em mensagem de WhatsApp para Ailton Barros, militar expulso do Exército.

Em 15 de dezembro, kids pretos se mobilizam em Brasília e chegam a se aproximar da casa de Alexandre de Moraes.

Você que está assistindo a mim – está aqui um deputado pastor –, os caras foram lá para matar o Alexandre de Moraes. Os kids pretos, deputado Gabriel Magno, foram lá para matar o Alexandre de Moraes. Felizmente, o Alexandre de Moraes não passou na hora. Os caras planejaram assassinar o Lula, envenenado, e matar o Alckmin a tiros.

Essa investigação da Polícia Federal merece aplausos. A denúncia do procurador-geral da República merece ser aplaudida por todas e todos que defendem a democracia no nosso país.

Trata-se de golpistas, terroristas e assassinos que queriam matar o Lula, matar o Alexandre de Moraes, assassinar o Alckmin; planejaram a morte deles. Eles iam destituir – isso está dentro da denúncia, deputado Gabriel Magno – os comandantes das forças e botar um general interventor, que ia mandar em todas as forças, na Aeronáutica e no Exército. Onde já se viu um general do Exército mandar na Aeronáutica? E o da Marinha já tinha assumido o golpe, tanto é que está indiciado, vai ser condenado e preso.

Portanto, nação brasileira e todos que estão assistindo a mim neste momento, o que houve não foi brincadeira. Não foi meia dúzia de velhinhas que estavam ali. Até porque – as pessoas deviam ser honestas aqui, deputado Gabriel Magno –, a todos aqueles que achavam que não haviam cometido crime foi dada a oportunidade de participarem de um curso sobre democracia no Ministério Público. Se eles aceitassem o acordo, estariam livres. Mais de 3 mil aceitaram o acordo. Os outros estão presos e vão continuar presos porque efetivamente cometeram crime. Os que ficaram é porque são terroristas e têm que pagar pelo que fizeram.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, tenho 2 assuntos que considero de extrema importância para o nosso país.

O primeiro é sobre a declaração do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao ser perguntado, por jornalistas, sobre a questão da anistia. Alcolumbre responde: “Não é um assunto dos brasileiros”. Está correto o presidente do Senado. Anistia não é um assunto dos brasileiros e das brasileiras; menos ainda, diante da denúncia da PGR, ontem. Anistia não é um assunto dos brasileiros.

Quero destacar a fala importante do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ocorrida há pouco, para os jornalistas, ao ser questionado sobre a vergonhosa proposta de anistia pela extrema-direita no Brasil – que, agora, é contra até a Lei da Ficha Limpa.

Quero concordar com vossa excelência, deputado Pastor Daniel de Castro, quando disse que o Bolsonaro não é um criminoso do dia para a noite; ele é um criminoso de longa data. O deputado Chico Vigilante lembrou que o Bolsonaro, quando era militar, atentou contra a própria corporação com uma bomba. Além dos 5 crimes pelos quais responde, de acordo com a denúncia da PGR, Bolsonaro já responde por crimes há muito tempo – crimes de ódio, crimes praticados na pandemia, crimes de corrupção, crimes eleitorais.

Eu vou lembrar alguns dos crimes dele: rachadinha, o cheque do Queiroz, ladrão de joias, associação criminosa, lavagem de dinheiro, peculato, fraude no cartão de vacina, o gabinete de ódio e as milícias digitais, barra de ouro em Bíblia no MEC, superfaturamento na compra de ônibus escolares e tratores no seu governo, interferência na Polícia Federal, ligações com madeireiras ilegais, flexibilizando o licenciamento ambiental de garimpo ilegal na Amazônia e em várias partes do Brasil.

Bolsonaro, de fato, é um criminoso de longa data; não é de hoje, não é de ontem. Ele não dormiu e acordou criminoso e, nesse sentido, concordo com vossa excelência. Ele tem uma trajetória longa na prática de crimes de ódio, de crimes na pandemia que resultaram na morte de mais de 700 mil pessoas, de corrupção, de crimes eleitorais e de tentativa de golpe de Estado. É importante destacar que os crimes pelos quais ele está respondendo agora, pela denúncia da PGR, foram sancionados durante o seu próprio governo.

Quero destacar mais uma questão, deputado Pastor Daniel de Castro, que é jurista: a condução sóbria desse processo.

Na história recente do Brasil, já houve procuradores do Ministério Público que, ao apresentar denúncias contra políticos, chamavam coletivas de imprensa, usavam PowerPoint, faziam escândalo. Dessa vez, não. Não houve coletiva de imprensa convocada pelo Ministério Público, nem PowerPoint

divulgado. Essas investigações têm sido conduzidas de maneira sóbria, garantindo o que é fundamental para a democracia: o amplo direito de defesa e o contraditório.

Quero parabenizar o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal e o sistema judiciário deste país, porque, em um passado muito recente, presidente deputado Pastor Daniel de Castro, infelizmente, tentaram transformar o Judiciário em espaço de luta política, teatral, muitas vezes para ganhar holofotes, mas sem provas e com algumas convicções políticas, como já ouvimos de um ex-juiz ladrão, que depois, enfim, o destino e a história o colocarão no lugar certo, na lata do lixo da história.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Eu tenho um áudio do Paulo, presidente do Sindicato dos Policiais Penais. Eu quero aqui, deputado Gabriel Magno, deputado Chico Vigilante, externalizar o meu apoio incondicional aos policiais penais. Eles precisam entrar para o Fundo Constitucional, porque nesse reajuste das forças, eles não tiveram o reajuste deles. E o presidente diz o seguinte no áudio que vamos ouvir.

(Apresentação de áudio pelo celular.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – É bonita a fala dele, porque, primeiro, ele está reconhecendo o trabalho dos irmãos – policial civil, militar, bombeiro –, o trabalho do deputado Wellington Luiz, deputada Doutora Jane, do deputado Roosevelt e do deputado Hermeto, na questão do conjunto das forças de segurança. Mas nesse contexto do aumento eles ficaram de fora, deputado Chico Vigilante, porque eles não fazem parte do Fundo Constitucional.

O que ele está clamando? Que nós, deputados, possamos fazer o esforço para que eles entrem para o Fundo Constitucional. Da minha parte, eu declaro todo apoio a essa categoria, mesmo sabendo que há aqui 3, 4 representantes que defendem a categoria, mas como eu também sou formado pela Academia da Polícia Civil, eu declaro meu apoio aos policiais penais.

Muito obrigado.

Esta presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.773/2025, de autoria do nobre deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 20 de fevereiro de 2025, será transformada em comissão geral para debater o início do ano letivo das escolas públicas do Distrito Federal.

Dá-se início à ordem do dia.

Não há quórum para deliberação.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

BRT – Bus Rapid Transit

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

GDF – Governo do Distrito Federal

GEB – Guarda Especial de Brasília

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITCD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

MEC – Ministério da Educação

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCC – Primeiro Comando da Capital

PGR – Procuradoria-Geral da República

PM – Polícia Militar

Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

